



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 113

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 29 DE NOVEMBRO DE 2004

ANO XXIX

Mesa Diretora

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PSDB

ANDRÉ VARGAS

1º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Vice-Presidente - PDT

ARLETE CARAMÊS

3º Vice-Presidente - PPS

NEREU MOURA

1º Secretário - PMDB

GERALDO CARTÁRIO

2º Secretário - PSL

CLEITON KIELSE

3º Secretário - PFL

RENI PEREIRA

4º Secretário - PSB

EDSON PRACZYK

5º Secretário - PL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo	Natálio Stica
Líder da Oposição	Durval Amaral
PTB.....	Carlos Simões
PFL.....	Plauto Miró Guimarães
PSDB	Valdir Rossoni
PMDB.....	Antonio Anibelli
PP	Duílio Genari
PT	Elton Carlos Welter
PDT	Barbosa Neto
PSL	Luiz Carlos Martins
PL	Mauro Moraes
PPS.....	Ratinho Júnior
PSB	Dr. Luciano Ducci

Representação Partidária

PMDB - 10: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Delegado Bradock - Dobrandino da Silva - Elza Correia - José Maria Ferreira - Nereu Moura - Rafael Greca; PT - 10: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; PSDB - 09: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Nelson Tureck - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; PFL - 05: Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; PDT - 04: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; PPB - 03: Cida Borghetti - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli; PTB - 04: Ailton Araújo - Carlos Simões - Jocelito Canto; PPS - 04: Arlete Caramês - Marcos Isfer - Ratinho Júnior - Waldir Leite; PSB - 02: Dr. Luciano Ducci - Reni Pereira; PL - 03: Chico Noroeste - Mauro Moraes - Pastor Edson Praczyk; PSL - 02: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins.

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
15ª LEGISLATURA
ATA DA 013ª SESSÃO
EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM
29 DE NOVEMBRO DE 2004**

(quarta-feira)

Presidência do Sr. Deputado Hermas Brandão, secretariada pelos Srs. Deputados Reni Pereira e Ratinho Júnior.

Às dezessete horas e dez minutosd é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Hermas Brandão, André Vargas, Augustinho Zucchi, Arlete Caramês, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Cleiton Kielese, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Ailton Araújo, Alexandre Curi, Antonio Anibelli, Ângelo Vanhoni, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Carlos Simões, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Delegado Braddock, Dobrandino da Silva, Dr. Luciano Ducci, Duílio Genari, Durval Amaral, Elio Rusch, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Fernando Ribas Carli, Francisco Bühner, Hermes Fonseca, Jocelito Canto, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Nishimori, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Natálio Stica, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nelson Tureck, Padre Paulo Campos, Pedro Ivo Ilkiv, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni e Waldir Leite (54).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

ITEM 01

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 115/2004, de autoria do Deputado Jocelito Canto, que estabelece a obrigatoriedade da realização de exames para diagnóstico precoce da catarata congênita nos recém-nascidos em todo o Estado do Paraná. **PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF. E CSP. Aprovado. (Publ. no DA nº 026/2004, de 13.04.2004).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 115/2004

P A R E C E R :

Relatório

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Jocelito Canto, objetiva estabelecer obrigatoriedade da realização de exames para diagnóstico precoce de catarata congênita nos recém-nascidos em todo o Estado do Paraná.

Fundamentação

Chamada a opinar, a Comissão de Constituição e Justiça não encontrou nenhum óbice de natureza constitucional ou legal para a proposição que tem por objetivo garantir que, no Estado do Paraná, o diagnóstico precoce assegure um tratamento mais eficiente, proporcionando saúde visual para nossas crianças.

Conclusão

Sendo assim, a Comissão de Constituição e Justiça opina pela aprovação do Projeto de Lei nº 115/2004.

Sala das Comissões, em 18.03.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

DR. LUCIANO DUCCI - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI Nº 115/2004

P A R E C E R :

Relatório

O presente Projeto de Lei nº 115/2004, de autoria do Deputado Jocelito Canto, estabelece a obrigatoriedade da realização de exames para diagnóstico precoce da catarata congênita nos recém-nascidos em todo o Estado do Paraná.

Fundamentação

Quanto ao aspecto constitucional e legal da matéria, a Comissão de Constituição e Justiça posicionou-se favoravelmente, por não encontrar nenhum óbice para sua tramitação. No que compete a esta Comissão se manifestar, ao analisar o projeto de lei em epígrafe, entende que esta obrigatoriedade já ocorre em outros Estados, e o Estado do Paraná deverá proporcionar que o diagnóstico seja feito o mais prontamente possível, garantindo saúde visual às nossas crianças.

Conclusão

Sendo assim, somos pelo parecer favorável ao projeto de lei em tela, opinando pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 22.06.2004.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente

VANDERLEI IENSEN - Relator

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA
PROJETO DE LEI Nº 115/2004

P A R E C E R :

Relatório

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Deputado Jocelito Canto, estabelece a obrigatoriedade da realização de exames para diagnóstico precoce de catarata congênita nos recém-nascidos em todo o Estado do Paraná.

Fundamentação

A proposição já recebeu parecer favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça, quanto à legalidade e constitucionalidade da mesma. A matéria recebeu, também, parecer favorável da Comissão de Finanças. Chamada a opinar, a Comissão de Saúde Pública encontra méritos indiscutíveis no projeto de lei em tela, que proporcionará benefícios indiscutíveis à comunidade paranaense, através da obrigatoriedade da realização de exames para diagnóstico precoce de catarata congênita nos recém-nascidos em todo o Estado do Paraná.

Conclusão

Sendo assim, apresentamos parecer favorável ao Projeto de Lei nº 115/2004, opinando pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 23.11.2004.

(aa) DR. LUCIANO DUCCI - Presidente

NELSON JUSTUS - Relator

ITEM 02

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 187/2004, de autoria do Deputado Carlos Simões, que dispõe sobre a obrigatoriedade de manutenção permanente do Kit Vida em estabelecimentos públicos ou privados e dá outras providências. **PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CSP. Aprovado. (Publ. no DA nº 043/2004, de 18.05.2004).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 187/2004

P A R E C E R :

I - Relatório

O Deputado Carlos Simões apresentou o Projeto de Lei nº 187, de 2004, visando estabelecer a obrigatoriedade de manutenção permanente do Kit Vida em estabelecimentos públicos ou privados que tenham uma concentração de pessoas igual ou superior a 100 (cem), para prestar atendimentos em casos de morte súbita.

Segundo a proposição, a composição do Kit Vida seria: desfibrilador automático externo DAE. Dispositivo para ventilação (máscara para ventilação; válvulas unidirecionais) e equipamento para rápida comunicação (interfone, rádio, telefone) interligado a um serviço médico emergencial.

Estabelece, também, que os operadores de tais aparelhos sejam treinados pelo SIATE, de quem rece-

berão credenciais, bem como muitas variáveis para o caso de descumprimento da determinação pelos destinatários da lei, e outras sanções.

Por fim, determina que as multas eventualmente aplicadas reverterão para o erário municipal ou estadual.

É o relatório.

II - Fundamentação

Da Constituição Federal, artigo 24, infere-se que Compete à união, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:...XII - previdência social, proteção e defesa da saúde.

É onde se insere a proposição, ou seja, no âmbito da competência legislativa concorrente do Estado do Paraná.

Não pressupõe a matéria objeto da proposição de iniciativa do Ex. Governador do Estado ou de qualquer outra autoridade legitimada para iniciar o processo de elaboração legislativa estadual.

Sendo assim, nenhum óbice existe relativamente à normal tramitação da proposição pelas demais Comissões e, se for o caso, pelos demais procedimentos que compõem o devido processo legislante.

III - Voto

Pelo exposto, voto favoravelmente à constitucionalidade, legalidade, juridicidade e técnica legislativa da proposição sob exame.

Sala das Comissões, em 31.08.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

DELEGADO BRADOCK - Relator

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA
PROJETO DE LEI Nº 187/2004

P A R E C E R :

O presente plano de lei, de autoria do Deputado Carlos Simões, tem por objetivo dispor sobre a obrigatoriedade de manutenção permanente do Kit Vida em estabelecimentos públicos ou privados e dá outras providências.

Tal propositura mereceu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça. Esta Comissão de Saúde, chamada a opinar, verificou que tal propositura visa aumentar as chances de sobrevivência, em casos de emergência cardíaca, quando os procedimentos foram aplicados adequadamente, em tempo hábil.

Pelo exposto, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 23.11.2004.

(aa) DR. LUCIANO DUCCI - Presidente

NELSON TURECK - Relator

ITEM 03

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 221/2004, de autoria do Deputado Marcos Isfer, que dispõe sobre a doação dos cordões umbilicais dos recém-nascidos em maternidades e estabelecimentos hospitalares congêneres do

Estado do Paraná. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CSP. **Aprovado. (Publ. no DA nº 49/2004, de 01/06/2004).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 221/2004

P A R E C E R :

Relatório

Projeto de lei de iniciativa do ilustre Deputado Marcos Isfer, que dispõe sobre a doação dos cordões umbilicais dos recém-nascidos cujo parto venha a ocorrer em maternidades e estabelecimentos hospitalares congêneres no âmbito do Estado do Paraná.

Propugna pela realização obrigatória de campanhas por parte das maternidades e hospitais do Estado do Paraná, através de afixação de cartazes, contato pessoal do médico responsável pelo parto com os pais do nascituro, desde as consultas pré-natais e mesmo após o parto, no sentido de indicar os benefícios da doação do cordão umbilical.

A norma ora proposta também estabelece, de forma bastante embrionária, as regras e procedimentos para a doação do cordão umbilical, fixando ainda punições em caso de descumprimento da lei em exame, em forma de advertência na primeira infração e abertura de sindicância para apurar responsabilidades em caso de reincidência.

Na proposição ainda consta autorização para o Estado (sic) firmar convênio com entidades públicas e particulares a fim de dar cumprimento à lei, e que as despesas decorrentes da aplicação da mesma correrão à conta de dotações orçamentárias próprias da Secretaria de Estado da Saúde, suplementadas, se for o caso, devendo no futuro haver previsão de recursos específicos. Estabelece ainda o prazo de 30 (trinta) dias para o Executivo regulamentar a lei após a sua eventual aprovação nesta Casa Legislativa.

Voto de Fundamentação

A história legislativa sobre o transplante no Brasil é relativamente curta. Em 1963 tivemos a primeira lei, a de número 4.280, que dispunha sobre a “extirpação de órgãos ou tecidos de pessoa falecida para fins de transplante”. Era muito simples e incompleta. Nessa época só se extirpava córneas, artérias e ossos. Em 1968, a Lei nº 5.479, que aprimorou o texto anterior, permitiu a retirada de órgãos e tecidos do corpo vivo, mas ainda deixou lacunas. A Constituição Federal de 1998, no artigo 199, parágrafo 4º, traz um preceito constitucional que remeteu à lei o papel de dispor sobre condições e requisitos que facilitem remoção de órgãos, tecidos e substâncias vedando a comercialização.

Para tornar efetivo preceito constitucional surgiu em 1992 a Lei nº 8.489, regulamentada pelo Decreto 879/93, que pretendeu flexibilizar as doações, mas pouco inovou. Embora tenha sido um avanço legislativo, não atingiu seu objetivo, ou seja, não suprimiu a escassez de

órgãos. O consentimento presumido ensejou grande polêmica e houve interpretação de desrespeito aos direitos fundamentais das pessoas em relação ao consentimento tácito (embora os médicos, por questão de ética, buscassem consultar os familiares previamente). Em 1997 surgiu a Lei nº 9.434, mais detalhada e várias vezes modificada, em vigor até hoje.

Num primeiro momento, o consentimento continuou sendo presumido (previsto no artigo 4º da Lei). A retirada de órgãos poderia ocorrer com ou sem o consentimento expresso dos familiares. Independentemente de consentimento, se o falecido não se opôs em vida.

Isso foi considerado um descaso para com os parentes do morto! E os médicos continuaram a consultar os familiares e solicitar seu consentimento. Houve muita discussão e o sistema foi modificado de consentimento presumido para consentimento expresso. A última alteração legislativa foi a Lei nº 10.211 de 23/03/2001, que revogou e alterou dispositivos de Medidas Provisórias anteriores, deixando de haver presunção de consentimento.

Outra discussão foi em torno da doação *inter vivos*, pois havia dispensa do laço de parentesco e da autorização judicial em caso de receptores não familiares. Isso fomentou o surgimento da comercialização de órgãos. Então, corrigiu-se isso, exigindo-se ao tratar-se do doação *inter vivos*, prévia autorização judicial.

Essa aparente instabilidade jurídica, entretanto, foi e está sendo importante para fazer da lei um instrumento eficaz. Ao legislar sobre a matéria, o legislador procurou promover a solidariedade humana e social.

A Lei 9.434/97 foi regulamentada pelo Decreto nº 2.268, em 30 de junho de 1997, que, entre outros detalhes, estrutura o Sistema Nacional de Transplante (SNT) e dispõe que as Secretarias de Saúde dos Estados e dos Municípios deverão instituir, na sua estrutura organizacional, Centrais de Notificação, Captação e Distribuição de Órgãos (CNCDOs).

A Portaria nº 903/GM do Ministério da Saúde, de 16 de agosto de 2000 criou, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) os Bancos de Sangue de Cordão Umbilical e Placentário (BSCUP) e instituiu normas para o seu funcionamento e cadastramento.

A questão efetivamente é muito atual, sendo tema de, em amplos estudos nas instigações responsáveis pela administração dos serviços de saúde em nosso país, e também no Congresso Nacional, inclusive na denominada Lei de Biossegurança aprovada pelo Senado, mas que retornou à Câmara dos Deputados, cujo substitutivo permitia a cientistas brasileiros usar em suas pesquisas células-troncos de embriões humanos, enquanto o projeto original da Câmara permitia esse tipo somente a partir do sangue do cordão umbilical.

Este relator inclusive deixou de apresentar o seu parecer anteriormente em razão de estudo de recentes portarias do Ministério da Saúde que tratam sobre

doações de cordões umbilicais e transplante de célula-tronco hematopoéticas, matéria da proposição ora sob análise nesta Comissão de Constituição e Justiça.

No dia 29 de setembro último foi criada, através da Portaria nº 2.381/GM, do Ministério da Saúde, a Rede Nacional de Bancos de Sangue de Cordão Umbilical e Placentário para Transplantes de Célula-Tronco Hematopoéticas (Brasilcord). E a Portaria nº 2.379/GM também do Ministério da Saúde, editada no último dia 28 de outubro de 2004, aprovou o Regulamento Técnico para Transplante de Células-Tronco Hematopoéticas.

As normas acima referidas são todas de âmbito federal, e que devem obrigatoriamente ser analisadas, mormente para fins de integração de qualquer ação a nível estadual. No entanto, esta Assembléia Legislativa pode legislar sobre a matéria, pois, conforme dispõe o artigo 24, em seu inciso XII, da Constituição Federal, é competência concorrente da União, dos Estados e do Distrito Federal legislar sobre previdência social, proteção e defesa da saúde. Portanto, o Poder Público, dentro do amplo tema de “saúde”, poderá disciplinar e regulamentar o transplante de órgãos humanos.

A posição da Secretaria de Estado da Saúde do Paraná propugna por um estudo mais detalhado, através da Coordenação Estadual de Transplantes da Secretaria, com projetos técnicos e respectiva avaliação de viabilidade financeira, tal como a criação de Banco de Sangue e Cordão Umbilical e Placentário, indispensável para a proposta em exame.

Considerando que cabe a esta Comissão permanente analisar os aspectos formais da proposição e sendo, ao menos na opinião deste Relator, competência do Estado normatizar sobre a matéria e ser constitucional a iniciativa parlamentar, apenas destacar, ao nosso entendimento, algumas irregularidades formais no texto do projeto de lei: no inciso I, do parágrafo único do artigo 2º, bem como no artigo 9º, constam atribuições da Secretaria de Estado da Saúde, o que no nosso entender é vedado a um Parlamentar estabelecer em lei, nos termos do artigo 66, IV, da Constituição Estadual.

Embora habitual em tempos idos na aprovação de leis por parte deste Parlamento, no mínimo não atende a boa técnica legislativa, pois pode haver alteração na estrutura administrativa do Estado e isto importaria na necessidade de alteração legislativa. Por mais que seja conveniente ficar claro a qual Secretaria de Estado caberia determinada ação, esta atribuição deve ser fixada em ato administrativo, como o decreto regulamentador. Também o artigo 7º do projeto diz que “O Estado fica autorizado...”, quando o correto seria “o Executivo fica autorizado...”. No artigo 8º consta que o Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da sua publicação, enquanto o artigo 10 diz que a lei entrará em vigor na data de sua publicação. Não somente a contradição das duas normas deve ser evitada, mas também a própria determinação do prazo deve ser excluída,

pois um Poder não pode impor obrigação ao outro, inclusive no caso de fixar prazo para regulamentar.

Neste sentido propomos as seguintes alterações, em forma de emendas, e que resultarão em um substitutivo desta Comissão: no artigo 2º, parágrafo único, inciso I, substituir as palavras “confeccionados pela Secretaria de Estado” simplesmente por “confeccionados pelo Estado”, entre duas vírgulas: enquanto no artigo 9º a disposição de que as despesas decorrentes desta lei correrão à conta das dotações próprias da Secretaria de Estado da Saúde, não há necessidade de alteração, posto que é competência deste legislativo manifestar-se sobre a dotação orçamentária de cada órgão do Executivo; no entanto no artigo 7º, a palavra “Estado” deve ser substituída por “Executivo”; e finalmente, o artigo 10, que dispõe que esta lei entrará em vigor na data de sua publicação deve ser suprimido, com renumeração do artigo 9º, para artigo 8º, enquanto o atual artigo 8º, passará a ser o artigo 9º, com a redação de que o “o Poder Executivo regulamentará esta lei”.

Eventuais outras introduções, tais como a implantação do Banco de Sangue de Cordão Umbilical e Placentário, entre outras, entendemos que deve ser analisada e eventualmente proposta pela Comissão de Mérito própria, qual seja, a Comissão de Saúde desta Casa.

Conclusão

Destarte, somos de parecer favorável ao projeto de lei apresentado pelo ilustre Deputado Marcos Isfer, quanto à sua constitucionalidade, legalidade e demais formalidades, para seguir às demais comissões, para a análise de seu mérito, porém na forma do Substitutivo em anexo.

Sala das Comissões, em 16.11.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente
ELTON CARLOS WELTER - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA SUBSTITUTIVO GERAL AO PROJETO DE LEI Nº 221/2004

Art. 1º - As doações de cordões umbilicais no Estado do Paraná dar-se-ão através dos dispositivos desta lei:

Art. 2º - Todas as maternidades e estabelecimentos hospitalares congêneres do Estado do Paraná, ficam obrigados a realizar a campanha para a doação do cordão umbilical dos recém-nascidos.

Parágrafo Único - Esta campanha será permanente, e realizada das seguintes formas:

I - através da afixação de cartazes, confeccionados pelo Estado, em locais estratégicos da instituição médica, indicando os benefícios da doação do cordão umbilical;

II - através do contato pessoal do médico responsável com os pais do nascituro, durante as consultas pré-natais, quando forem realizadas;

III - através de contato pessoal do médico com os pais do recém-nascido após o parto.

Art. 3º - A doação do cordão umbilical deverá ser obrigatoriamente consentida pelos responsáveis legais do recém-nascido.

§ 1º - A autorização referida no *caput* deste artigo deverá ser realizada por escrito.

§ 2º - A autorização deverá ser colhida, preferencialmente, antes do nascimento da criança.

§ 3º - Caso impossibilitada a ação do parágrafo anterior, colher-se-á a autorização no momento oportuno mais próximo do nascimento.

Art. 4º - O disposto nesta lei aplica-se somente a recém-nascido cujo parto ocorrer entre a 30ª (trigésima) e a 42ª (quadragésima segunda) semana de gravidez.

Art. 5º - O profissional da área de saúde deverá efetuar os procedimentos necessários à conservação e encaminhamento do cordão umbilical aos órgãos públicos que efetuem o congelamento e armazenamento do mesmo.

Art. 6º - A inobservância ao disposto nesta lei acarretará à maternidade ou ao estabelecimento hospitalar infrator as seguintes penalidades:

I - na primeira infração constatada: advertência;

II - na reincidência: sindicância para apurar responsabilidades e eventuais punições.

Art. 7º - Fica o Poder Executivo autorizado a firmar convênio com entidades públicas e particulares a fim de dar cumprimento ao estabelecido por esta lei.

Art. 8º - As despesas decorrentes da aplicação desta lei correrão à conta das dotações orçamentárias próprias da Secretaria de Estado da Saúde, suplementadas, se necessário, devendo as previsões futuras destinar recursos específicos para o seu fiel cumprimento.

Art. 9º - O Poder Executivo regulamentará esta lei.

Sala das Comissões, em 16.11.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente
ELTON CARLOS WELTER - Relator

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA
PROJETO DE LEI Nº 221/2004

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Marcos Isfer, tem por objetivo dispor sobre a doação dos cordões umbilicais dos recém-nascidos em maternidades e estabelecimentos hospitalares congêneres do Estado do Paraná.

Tal propositura mereceu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça. Esta Comissão de Saúde, chamada a opinar verificou que o projeto dispõe sobre matéria de grande relevância social.

Pelo exposto, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 23.11.2004.

(aa) DR. LUCIANO DUCCI - Presidente
NELSON TURECK - Relator

ITEM 04

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 342/2004, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que altera a redação dos parágrafos 1º e 2º, do artigo 2º da Lei nº 13.115, de 14 de fevereiro de 2001. (Título de Cidadão Honorário ou de Cidadão Benemérito). COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 83/2004, de 20/09/2004).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 342/2004

P A R E C E R :

Relatório

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que objetiva modificar a Lei nº 13.115, de 14/02/2001 - Título de Cidadania Honorário e Benemérita.

Fundamentação

Chamada a opinar, esta Comissão de Constituição e Justiça não encontrou nenhum óbice de natureza constitucional ou legal à proposição que tem por objetivo ampliar o número de homenageados por legislatura.

Conclusão

Sendo assim, a Comissão de Constituição e Justiça opina pela aprovação do Projeto de Lei nº 342/2004.

Sala das Comissões, em 24.11.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente
CHICO NOROESTE - Relator

ITEM 05

DISCUSSÃO ÚNICA- da Indicação nº 025/2004, de autoria do Deputado Carlos Simões, que sugere ao Poder Executivo, a utilização de todos os recursos ecológicos para controlar e eliminar uma praga ambiental que está ocorrendo no litoral paranaense: a proliferação do caramujo africano *Achatina Fulica*, conforme especifica. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 070/2004, de 16/08/2004).**

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA
PROJETO DE LEI Nº 025/2004

P A R E C E R :

A presente indicação, de autoria do Senhor Deputado Carlos Simões “sugere ao Poder Executivo, a utilização de todos os recursos ecológicos para controlar e eliminar uma praga ambiental que está ocorrendo no litoral paranaense: a proliferação do caramujo africano *Achatina Fulica*, conforme especifica”.

Quanto aos aspectos sobre o qual este Parlamentar deve se manifestar, nada tem a opor, pois estão obedecidos os preceitos constitucionais, conforme relatado pela Comissão de Constituição e Justiça.

Portanto, no âmbito que este Parlamentar deve se manifestar perante esta Comissão, acredita que a presente indicação pretende acabar com o referido molusco, e assim, evitando a sua reprodução e a ocorrência de algum impacto ambiental.

Diante desta situação, este Parlamentar manifesta-se de modo favorável ao presente projeto.

Sala das Comissões, em 24.11.2004.

(aa) DR. LUCIANO DUCCI - Presidente
ALEXANDRE CURI - Relator

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária.

Levanta-se a Sessão.

Atos da Diretoria Geral:

PORTARIA Nº 036/2004-DAT

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 246 do Regimento Interno, tendo em vista o estabelecido no artigo 15 da Lei nº 14.275, de 29 de dezembro de 2003,

R E S O L V E :

Ajustar o Orçamento da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovado pela Lei nº 14.275 de 29 de dezembro de 2003 nas rubricas abaixo:

ACRÉSCIMO DE DESPESA

Código	P/A	Fonte	Valor
3190 1300	2000	100	1.500.000,00
3390 3900	2000	100	3.000.000,00
			4.500.000,00

REDUÇÃO DA DESPESA

Código	P/A	Fonte	Valor
3190 1600	2000	100	1.500.000,00
3390 4300	2000	100	3.000.000,00
			4.500.000,00

Gabinete da Diretoria Geral, 01.11.2004.

(a) ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Visto: Deputado Nereu Moura - 1º Secretário

PORTARIA Nº 037/2004-DAT

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 246 do Regimento Interno, tendo em vista o estabelecido no artigo 15 da Lei nº 14.275, de 29 de dezembro de 2003,

R E S O L V E :

Ajustar o Orçamento da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovado pela Lei nº 14.275 de 29 de dezembro de 2003 nas rubricas abaixo::

REDUÇÃO DA DESPESA

Código	P/A	Fonte	Valor
3190 1600	2000	100	5.200.000,00
3190 9200	2000	100	800.000,00
3190 0100	9000	100	600.000,00
3390 0800	2000	100	60.000,00
			6.660.000,00

ACRÉSCIMO DE DESPESA

Código	P/A	Fonte	Valor
3190 1100	2000	100	6.000.000,00
3190 0300	9000	100	600.000,00
3390 1400	2000	100	60.000,00
			6.660.000,00

Gabinete da Diretoria Geral, 16.11.2004.

(a) ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Visto: Deputado Nereu Moura - 1º Secretário

Atas de Comissões:

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA 20ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e três dias do mês de novembro do ano de dois mil e quatro, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Deputado Hermes Fonseca e com a presença dos seguintes Deputados: Duílio Genari, Pastor Edson Praczyk, José Maria Ferreira, Antonio Anibelli, Durval Amaral, Barbosa Neto, Jocelito Canto, Elton Carlos Welter, Nelson Justus, Augustinho Zucchi e Nelson Tureck. Havendo número legal, o Presidente deu por aberta a presente

reunião, colocando a Ata da última reunião ordinária em votação. APROVADA, após solicitação de dispensa da leitura pelo Deputado Antonio Anibelli. Passou-se à Ordem do Dia: 01) Proposição-Veto nº 82/2004 de autoria do Poder Executivo - Veta o Projeto de Lei nº 128/2004 de autoria do Deputado Artagão Júnior. Parecer FAVORÁVEL ao encaminhamento a Plenário, do Deputado Jocelito Canto - APROVADO; 02) Proposição-Veto nº 81/2004 de autoria do Poder Executivo - Veta o Projeto de Lei nº 703/2003 de autoria do Deputado Artagão Júnior. Parecer FAVORÁVEL ao encaminhamento a Plenário, do Deputado Jocelito Canto - APROVADO; 03) Proposição-Veto nº 80/2003 de autoria do Deputado Tadeu Veneri. Parecer FAVORÁVEL ao encaminhamento a Plenário, do Deputado Jocelito Canto - APROVADO; 04) Projeto de Lei nº 170/2004 de autoria do Deputado Delegado Bradock. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Elton Carlos Welter - APROVADO; 05) Projeto de Lei nº 226/2004 de autoria do Deputado Natálio Stica. Parecer CONTRÁRIO do Deputado José Maria Ferreira - APROVADO, com voto contrário do Deputado Elton Carlos Welter; 06) Projeto de Lei nº 239/2004 de autoria da Deputada Cida Borghetti. O Deputado Durval Amaral SOLICITA VISTAS - CONCEDIDA pelo Presidente; 07) Projeto de Lei Complementar nº 279/2004 de autoria do Deputado Hermas Brandão. Parecer FAVORÁVEL do Deputado José Maria Ferreira, na forma da emenda anexa - APROVADO; 08) Projeto de Lei nº 281/2004 de autoria do Deputado Nelson Tureck. Parecer CONTRÁRIO do Deputado José Maria Ferreira - REJEITADO por 7x2 votos. Os Deputados Nelson Tureck, Jocelito Canto, Durval Amaral, Duílio Genari, Antonio Anibelli, Nelson Justus e Pastor Edson Praczyk votam contrariamente ao parecer do relator; 09) Projeto de Lei nº 258/2004 de autoria do Deputado Padre Paulo Campos. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Durval Amaral - APROVADO; 10) Projeto de Lei nº 336/2004 de autoria do Deputado Pastor Edson Praczyk. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Chico Noroeste, lido pelo Deputado Barbosa Neto - APROVADO; 11) Projeto de Lei nº 342/2004 de autoria do Deputado Hermas Brandão. Os Deputados Jocelito Canto e Elton Carlos Welter SOLICITAM VISTAS - CONCEDIDA pelo Presidente; 12) Projeto de Lei nº 222/2004 de autoria do Deputado Duílio Genari. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Nelson Justus - APROVADO; 13) Projeto de Lei nº 385/2004 de autoria do Deputado Reni Pereira. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Jocelito Canto - APROVADO; 14) Projeto de Lei nº 403/2004 de autoria do Deputado Geraldo Cartário. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Nelson Justus - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente, pelos Deputados presentes e por mim, Ana Lúcia Andretta, advogada e secretária desta Comissão.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

Ana Lúcia Andretta - Secretária

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA
4ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e quatro dias do mês de novembro do ano de dois mil e quatro, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a Presidência do Deputado Hermes Fonseca e com a presença dos seguintes Deputados: Duílio Genari, Pastor Edson Praczyk, Barbosa Neto, Antonio Anibelli, Durval Amaral, Nelson Justus, Elton Carlos Welter, Alexandre Curi e Nelson Tureck. Havendo número legal, o Presidente deu por aberta a presente reunião, passando à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 342/2004 de autoria do Deputado Hermas Brandão. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Chico Noroeste - APROVADO; 02) Projeto de Lei nº 733/2003 de autoria do Deputado Antonio Anibelli. Parecer do Deputado Alexandre Curi, FAVORÁVEL às emendas nº 2 e 4 e CONTRÁRIO às emendas nº 1 e 3 - APROVADO; 03) Projeto de Lei nº 715/2003 de autoria do Deputado Cleiton Kielse. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 04) Projeto de Lei nº 369/2004 de autoria do Deputado Antonio Anibelli. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 05) Projeto de Lei nº 374/2004 de autoria do Deputado Natálio Stica. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 06) Projeto de Lei nº 388/2004 de autoria do Deputado Nelson Garcia. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 07) Projeto de Lei nº 396/2004 de autoria do Deputado Hermas Brandão. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 08) Projeto de Lei nº 398/2004 de autoria do Deputado Nelson Garcia. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 09) Projeto de Lei nº 400/2004 de autoria do Deputado Nelson Garcia. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 10) Projeto de Lei nº 412/2004 de autoria do Deputado Nelson Garcia. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 11) Projeto de Lei nº 413/2004 de autoria do Deputado Nelson Garcia. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 12) Projeto de Lei nº 415/2004 de autoria do Deputado Nelson Garcia. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Elton Carlos Welter - APROVADO; 13) Projeto de Lei nº 430/2004 de autoria da Deputada Arlete Caramês. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 14) Projeto de Lei nº 233/2004 de autoria do Deputado Natálio Stica. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Elton Carlos Welter - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente, pelos Deputados presentes e por mim, Ana Lúcia Andretta, advogada e secretária desta Comissão.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente
Ana Lúcia Andretta - Secretária

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES
1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA
ATA DA 21ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezenove dias do mês de outubro do ano de 2004, às 14h00, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniram-se os nobres Pares desta Comissão, Srs. Deputados: Elton Carlos Welter, Francisco Bühner, Elza Correia e o Presidente da Comissão, Deputado José Maria Ferreira, com o intuito de deliberar sobre matéria ordinária a ser submetida à apreciação desta, conforme cito: Primeiramente o Sr. Presidente solicitou à secretária da Comissão, a leitura da Ata da reunião anterior, (20ª reunião ordinária). Na sequência o Deputado Elton Carlos Welter pede dispensa, todos aprovam; então o Sr. Presidente, deu continuidade aos trabalhos, solicitando aos relatores, conforme pauta, que expusessem seus pareceres referente às proposições: 1) Projeto de Lei nº 96/2004, de autoria do Deputado Plauto Miró e outros. Relatora Deputada Elza Correia; Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 02) Projeto de Lei nº 289/2004, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 19/2004. Relator Deputado Francisco Bühner; Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 03) Projeto de Lei nº 219/2004, de autoria do Deputado Padre Paulo Campos. Relatora Deputada Elza Correia; Parecer: Opina pelo envio do projeto à Coordenadoria do Patrimônio do Estado para parecer daquele Órgão. Parecer aprovado por todos. Não havendo mais nada a tratar o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar os efeitos legais lavrei a presente Ata, que após lida em reunião posterior, será assinada pelo presidente, demais membros e por mim Sandra Zampier, Secretária desta Comissão.

(aa) JOSÉ MARIA FERREIRA - Presidente
Sandra Zampier - Secretária

COMISSÃO DE TERRAS,
IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO
2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA
1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos dez dias do mês de novembro do ano de dois mil e quatro, reuniram-se extraordinariamente a Comissão de Terras, Imigração e Colonização, na sala de reuniões das Comissões, às 9h00, sob a Presidência do Sr. Deputado Marcos Isfer, e a presença dos Srs. Deputados Padre Paulo Campos, Elton Carlos Welter e dos seguintes convidados Claudir Justi, Prefeito de Laranjeiras do Sul, Waldir Wessler, Chefe de Gabinete da Prefeitura; Cleiton José de Oliveira, Procurador Jurídico de Laranjeiras do Sul; Eduardo Cruz, Presidente da Câmara e da Comissão Especial de Defesa dos Direitos Indígenas de Boa Vista Passo Liso; Otamar Cíva, da Comissão dos Agricultores; Edson Peters e Alexandre Lewin, da Procuradoria Geral

do Estado; Albari Lejambre, do Setor Fundiário e Edívio Batistelli, representante da área indígena da Secretaria do Meio Ambiente e recursos Hídricos - SEMA; Nilton Bezerra Guedes, do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA. O Sr. Presidente, Deputado Marcos Isfer deu início à reunião agradecendo a presença de todos e em seguida teceu comentário para o objetivo desta reunião sobre o conflito dos indígenas e os proprietários rurais do Município de Laranjeiras do Sul. Logo após passou a palavra aos convidados, ouviu suas reivindicações conforme notas taquigráficas e marcou uma audiência pública para o dia vinte e dois de novembro. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais, para constar, eu, Rosângela Alves Cardoso, Secretária da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente e por mim, para que produza os efeitos legais.

(aa) MARCOS ISFER - Presidente
Rosângela Alves Cardoso - Secretária

COMISSÃO DE TERRAS,
IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO
2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA
AUDIÊNCIA PÚBLICA

Aos vinte e dois dias do mês de novembro do ano de dois mil e quatro, reuniram-se para Audiência Pública da Comissão de Terras, Imigração e Colonização, no auditório Luiz Gabriel Guimarães Sampaio (Plenarinho), às 9h00, sob a Presidência do Sr. Deputado Marcos Isfer. Contando com a presença do Sr. Deputado Elton Carlos Welter e dos seguintes convidados: Valdemar Ramalho dos Santos, representante da Regional da FUNAI de Guarapuava; Altair dos Passos e Otamar Cíva, representantes da Comissão de defesa dos Agricultores de Laranjeiras do Sul; o cacique Kaigang Neoli Olibio, representante da comunidade indígena; Dionísio Vandersen, representante da Pastoral da Terra; Nilton Bezerra Guedes, representante do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA; Albari Lejambre, do setor fundiário e Edívio Batistelli representante dos assuntos indígenas da Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SEMA. O Sr. Presidente deu início aos trabalhos, agradeceu a presença de todos e passou a palavra ao Deputado Elton Carlos Welter, o qual deu seguimento aos trabalhos e conduziu a Sessão a respeito do conflito de terras no Município de Laranjeiras do Sul, entre os indígenas e os proprietários rurais da região de Boa Vista do Passo Liso. O Deputado Elton Carlos Welter passou a palavra aos convidados, ouviu as propostas e reivindicações, conforme notas taquigráficas em anexo. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais, para constar eu, Rosângela Alves Cardoso, Secretária da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será

assinada pelo Sr. Presidente e por mim, para que produza os efeitos legais.

(aa) MARCOS ISFER - Presidente
Rosangela Alves Cardoso - Secretária